

Nome do autor do Texto [Alteração reservada ao editor]¹
Instituição [Alteração reservada ao editor]

Um martelo é feito para martelar; e usá-lo para outra coisa é usá-lo mal. Devemos usá-lo como um martelo; e devemos martelar com ele se o usarmos. Se algo é um martelo, isso significa que existe uma norma segundo a qual devemos bater pregos com ele, pelo menos se o usarmos. Da mesma forma, algo que percebemos como um presente significa que talvez devêssemos entregá-lo à tia Mabel e talvez embrulhá-lo em um papel bonito. Normalmente, as funções dos artefatos geram normas.

E se decidirmos abrir uma lata com o martelo em vez de bater nos pregos com a cabeça do martelo? E se batermos nos pregos com o cabo e não com sua cabeça? E se trancarmos o martelo no armário, apagarmos a luz e o deixarmos lá, sem uso, por muitos anos? Isso é abuso de artefato! Não estamos usando o martelo como deveríamos, na medida em que é um martelo.

"Quem se importa?" você pode dizer, com uma arrogância radical: "Se ela abre bem a lata, ou bate bem nos pregos com o cabo, está tudo bem, então use-a; e se você não precisa bater pregos, não use - guarde-o em um armário.". E você pode continuar, dogmaticamente, "Só um estanho objetófilo pensaria nessa necessidade de usar as coisas apenas da forma que foram projetadas para ser usada". Mas, isso pode ser complacente! Pois pode ser que tenhamos deveres para com artefatos! De fato, talvez os próprios artefatos tenham direitos e deveres. Talvez uma bicicleta tenha o direito de ter seus pneus bombeados e o direito de não ter paus jogados em seus raios. Talvez os abridores de garrafas tenham o dever de abrir as garrafas para nós, ou pelo menos nos ajudar a fazer isso. E talvez eles tenham o direito de serem usados para esse fim, e nenhum outro.

Vemos aqui uma forma de opressão até então não reconhecida? Devemos "expandir o círculo", como diria Peter Singer, para incluir artefatos? Deve haver um movimento de

¹ Breve bibliografia do autor com até 40 palavras. **[Alteração reservada ao editor]**

libertação para a defesa dos direitos dos artefatos? Deveria haver uma organização chamada Artifact Liberation League?

O conservador anti libertação dos artefatos pode dizer que as intenções do fabricante, que ditam as funções do artefato, são uma história distante e irrelevante, e podemos e devemos desconsiderar essa história distante e irrelevante e fazer o que quisermos com coisas funcionais. A história que originalmente deu a um artefato sua função não tem autoridade normativa sobre nós, nem mesmo alguma autoridade normativa que seja potencialmente substituível por outras preocupações. Podemos desrespeitar rudemente sua função. A antiga função do martelo não tem nenhuma autoridade misteriosa sobre nós hoje. O conservador pode continuar objetando que o Liberacionismo de Artefatos é um movimento político tolo porque os próprios artefatos não têm direitos, apenas as pessoas que os fizeram.

No entanto, compare a escravidão. Houve uma época em que as pessoas pensavam que os únicos direitos dos escravos derivavam dos direitos de seus donos, mas então algumas pessoas radicais passaram a pensar que os próprios escravos eram uma fonte de direitos e deveres. Isso foi progresso moral. Da mesma forma, pode-se argumentar, para artefatos. O liberalismo dos artefatos diz que devemos perceber que os próprios artefatos são uma fonte de direitos e deveres independentemente de seus fabricantes e proprietários, assim como os escravos têm direitos independentes de seus proprietários.

O senso comum pode ser enganoso e inerentemente conservador, mas vamos perguntar: qual é a posição do senso comum aqui? De fato, embora a Liberação de Artefatos seja em muitos aspectos um movimento político radical, em desacordo com o "senso comum" conservador, também há aspectos em que os artefatos têm alguma posição normativa no pensamento comum. Talvez devêssemos realmente salvar um bebê em vez de um abridor de garrafas de um prédio em chamas, mas isso não significa que, na ausência de tal conflito, o abridor de garrafas não nos deva nada. Os abridores de garrafas devem ser usados para abrir garrafas, não para palitar os dentes. Devemos isso a eles.

Parece então que um lugar para direitos de artefatos está presente em nossa perspectiva normativa de senso comum. Em contrapartida, não é plausível que haja um compromisso tácito de senso comum com uma noção de direitos humanos universais da qual, digamos, uma posição antiescravagista flui. Essa ideia teve que ser combatida contra um consenso estabelecido em contrário. No entanto, é um aspecto do pensamento do senso comum conceder aos artefatos um respeito que transcende as intenções de seu criador. Por exemplo, usar uma escultura como batente de porta intuitivamente parece errado. Isso atrapalha. Quase se sente pena da escultura. Sente-se que não foi respeitado pelo que é. Claro, pode haver céticos sobre direitos de artefatos, assim como há céticos anarquistas

sobre direitos de propriedade. Mas tal ceticismo desrespeita esse aspecto do senso comum. Isso não quer dizer que tal ceticismo seja errado, mas seria uma doutrina revisionária.

A concepção intuitiva do senso comum de um artefato, é de uma coisa que impõe normas em virtude de ser um artefato de um tipo particular. Um artefato é uma coisa com uma natureza – uma natureza funcional – que implica normas. Portanto, devemos respeitar as normas consequentes dos artefatos serem os artefatos particulares que são. Isso é comum quando pensamos em termos de artefatos, na medida em que a moralidade do senso comum nega isso, então é um erro, e o círculo moral deveria ser ampliado para incluir artefatos.